



# Elaboração de Plano de Dados Abertos

## Módulo **2** Elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA)

Brasília - 2017

**Enap**

Diagramação realizada no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB/CDT/Laboratório Latitude e Enap.

Telephone: (61) 2020 3096 - Fax: (61) 2020 3178

<b>1. Plano de Dados Abertos.....</b>	<b>5</b>
<i>1.1 Decreto nº 8.777/2016.....</i>	<i>6</i>
<b>2. Processo sistêmico de um PDA .....</b>	<b>8</b>
<b>3. Estrutura do PDA .....</b>	<b>13</b>
<b>4. Exemplos de PDAs já publicados.....</b>	<b>22</b>
<i>4.1 PDA do Ministério da Educação (MEC) - 2016-2018 .....</i>	<i>22</i>
<i>4.2 PDA do Ministério da Cultura (MINC) - 2017-2018 .....</i>	<i>24</i>
<i>4.3 PDA do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - (MTPA) 2017-2019.....</i>	<i>26</i>
<i>4.4. PDA do Ministério do Meio Ambiente (MMA) - 2017-2018.....</i>	<i>28</i>
<i>4.5. PDA da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - 2017-2019.....</i>	<i>30</i>
<i>4.6 Plano de Dados Abertos Espaciais (PDAE).....</i>	<i>32</i>
<b>5. Histórico de publicação.....</b>	<b>34</b>

Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap

Enap

Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap  
Enap

# Módulo 2

## Elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA)

### 1. Plano de Dados Abertos



O Plano de Dados Abertos (PDA) é o documento que irá orientar, em cada órgão, as ações de implementação e promoção de abertura de dados, inclusive os geoespacializados. Os dados devem obedecer aos padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização dos mesmos.

O PDA é um instrumento de gestão que organiza o planejamento referente à implantação e à racionalização dos processos de publicação de dados abertos nas organizações públicas. Ele é um documento de planejamento institucional que os órgãos públicos utilizam para incluir o tema Dados Abertos Governamentais (DAG) em suas atividades.

O MP, em atendimento às diretrizes da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, disponibilizou em seu sítio um manual para orientar a elaboração de um Plano de Dados Abertos.

### SAIBA MAIS

Esse mesmo documento se encontra disponível na [Wiki da INDA](#), em versão editável. A equipe de dados abertos do MP realizou algumas atividades presenciais, como visitas técnicas e oficinas, para auxiliar os órgãos que estão situados em Brasília e facilitar o desenvolvimento do plano. Os materiais utilizados se encontram disponíveis para consulta na [Wiki](#) da INDA e podem ser baixados. Dentre esses materiais constam:



*V - criação de processos para o engajamento de cidadãos, com o objetivo de facilitar e priorizar a abertura de dados, esclarecer dúvidas de interpretação na utilização e corrigir problemas nos dados já disponibilizados; e*

VI - demais mecanismos para a promoção, o fomento e o uso eficiente e efetivo das bases de dados pela sociedade e pelo Governo.

*§ 3º A INDA poderá estabelecer normas complementares relacionadas com a elaboração do Plano de Dados Abertos, bem como relacionadas à proteção de informações pessoais na publicação de bases de dados abertos nos termos deste Decreto.*

Como já mencionado no primeiro módulo deste curso a distância, compete à autoridade de monitoramento da LAI garantir a publicação e a atualização do PDA. Além disso, ela tem as seguintes funções:



*Art. 5º A gestão da Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal será coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA.*

(...)

*§ 4º A autoridade designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, será responsável por assegurar a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, e exercerá as seguintes atribuições:*

*I - Orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;*

*II - Assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;*

III - Monitorar a implementação dos Planos de Dados Abertos; e

*IV - Apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento dos Planos de Dados Abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos.*

Ademais, a elaboração do plano vem ao encontro do disposto na Lei de Acesso à Informação, na Instrução Normativa SLTI nº 4, de 12 de abril de 2012 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), bem como nos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Parceria para Governo Aberto, entre outros normativos que abordam o tema de transparência já estudados no primeiro módulo. Além disso, a construção dos PDAs tem o potencial de gerar um aprendizado coletivo, que pode ser utilizado futuramente para a formulação de uma proposta de política nacional, pois é desejável que os órgãos construam seus Planos de forma colaborativa.

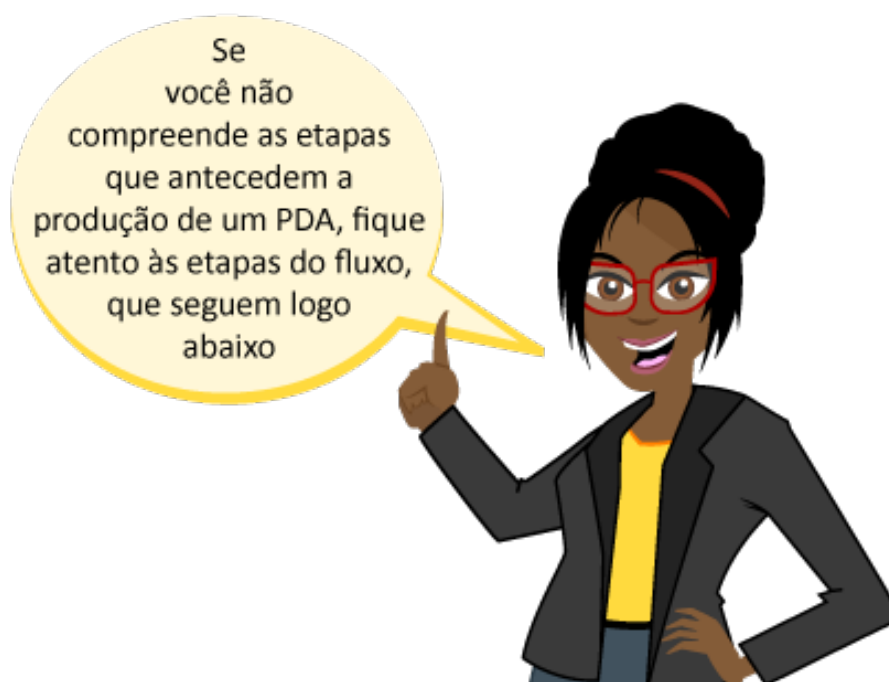
O movimento do governo aberto vem criando uma nova dinâmica na prestação de serviços públicos de governo graças às mídias sociais e à possibilidade de criação conjunta de aplicações entre governo e sociedade por meio de concursos de aplicativos ou maratonas de *hackathons* relacionados com DAG. Esses são eventos com a participação de desenvolvedores, ativistas sociais e o público em geral, que se reúnem para desenvolverem aplicações interativas e de utilidade pública que tenham como base o uso de informações governamentais. Ou seja, criam aplicações que transformam dados brutos em informações atraentes a cidadãos e empresas.

Em âmbito federal, diversos órgãos já realizaram esses eventos, como a Secretaria Geral da Presidência da República, os Ministérios da Justiça e das Comunicações, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Câmara dos Deputados. Alguns desses aplicativos estão disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos, como já comentado no primeiro módulo.



**Enap**

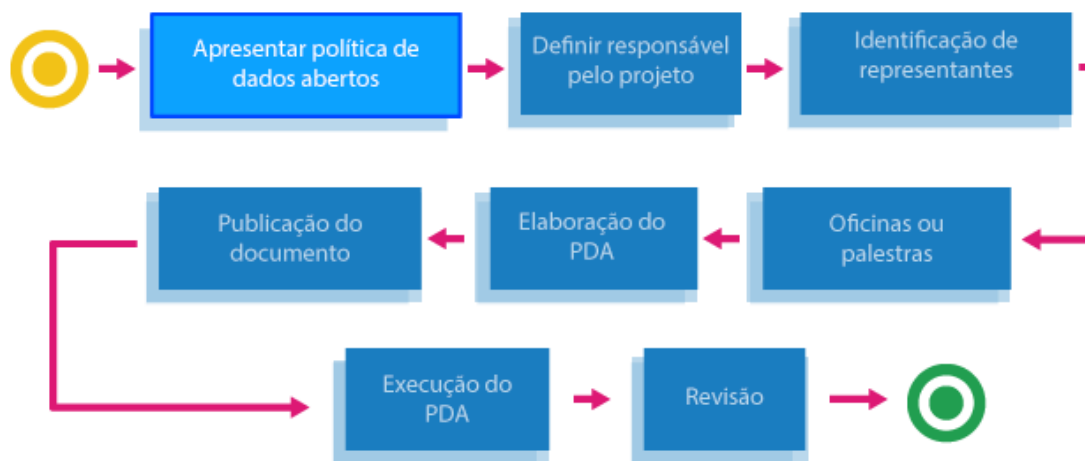
## 2. Processo sistêmico de um PDA





Trata-se de um processo que inclui, em um nível macro, todas as atividades às quais um órgão ou uma entidade deve dar atenção ao implementar uma política de dados abertos. Nesse processo, destaca-se a elaboração do Plano de Dados Abertos como um documento central, em que são divulgados os compromissos e os prazos para a sua execução.

A seguir serão apresentadas, de forma linearizada, as oito etapas do fluxo de elaboração e execução de um PDA.



### Apresentar a política de dados abertos

É a etapa em que se apresenta a motivação da criação do PDA para alcançar o alinhamento com a instituição. Essa etapa é relevante para mostrar que o Plano de Dados Abertos deve ter uma profunda ligação com as expectativas estratégicas do órgão e com os instrumentos institucionais de gestão disponíveis, que serão detalhados no tópico seguinte.

A partir desta etapa, todas as outras deverão ser produzidas em ressonância com as diretrizes estratégicas do órgão. Geralmente, esse compromisso é realizado pelo responsável pela implantação da política central de dados abertos governamentais no órgão. Em suma, é nesta etapa que a instituição consegue o patrocínio da alta direção por meio da sensibilização dos membros mais estratégicos. Não existe um documento formal para isso, mas somente o alinhamento do tema com o nível estratégico da instituição, suas expectativas e necessidades.

### Definir responsável pelo projeto

Define a pessoa, na instituição, responsável pela coordenação e pela elaboração do PDA. Essa pessoa deverá interagir com todas as áreas finalísticas da organização, com as vinculadas (autarquias, fundações e conselhos) e com a INDA com intuito de trocar experiências e alinhar a política de dados abertos. É desejável que ela tenha conhecimentos acerca dos sistemas e das bases de dados mantidas pela instituição e familiaridade com o tema acesso à informação, formato de arquivos de dados (csv, xml, json, rdf, etc.) e conceitos da Web (html, web services, etc.). É importante que esse líder do projeto tenha acesso à autoridade de monitoramento da LAI e esteja vinculado a uma Secretaria Executiva, a uma assessoria da presidência, no caso de autarquias e estatais, ou a uma unidade de gestão estratégica da informação da instituição.

### Identificação dos representantes das áreas do órgão

Esses representantes devem possuir conhecimento necessário para a criação de um PDA realista e factível. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) sabe, por exemplo, quais dados

são mais pedidos pela sociedade, o gestor de tecnologia sabe quais dados são extraídos mais rápido e quais podem oferecer maior dificuldade. Além das demandas por dados, reclamações sobre serviços, que entram por meio da ouvidoria, também podem ser um subsídio para a elaboração de um PDA, de forma a fomentar a transparência ativa do órgão.

Nesse processo de elaboração do plano, as diversas áreas de negócio dos órgãos têm um papel fundamental por conhecerem seus dados e informações, bem como seus stakeholders, sejam internos - outros órgãos, Poderes e esferas de governo - ou externos - Organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais organizados, academia e setor privado.

Cabe ressaltar que nesta etapa os órgãos costumam sentir um pouco de dificuldade. Em alguns casos, o órgão não tem o hábito de identificar os representantes dessas áreas e acaba selecionando uma pessoa que não tem nenhum conhecimento dentre os relatados acima ou, no caso mais comum, indica somente um representante da área de Tecnologia da Informação para a construção do PDA, o que, infelizmente, não é suficiente e nem recomendável, uma vez que a área de TI nem sempre tem contato com os pedidos solicitados via SIC e com as decisões estratégicas do órgão.



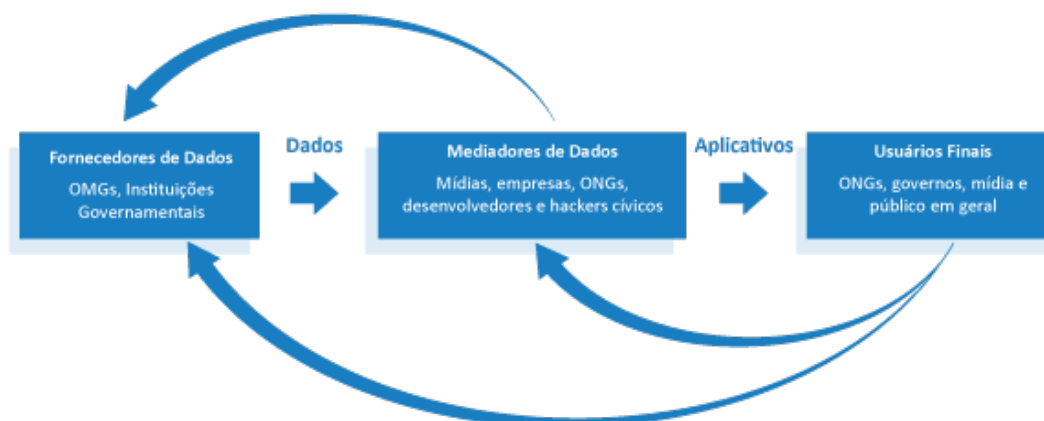
# IMPORTANTE

Enfim, é desejável a identificação de, pelo menos, representantes das seguintes áreas dos órgãos para participarem do projeto e para a execução do plano:

- Serviço de Informação ao cidadão;
- Assessoria de comunicação social;
- Ouvidoria;
- Áreas finalísticas; e
- Área de Tecnologia de Informação.

Ademais, o plano deve considerar a necessidade de fomento ao Ecossistema de dados abertos, compreendendo os produtores, fomentadores e consumidores de dados. Então se faz necessária a atenção à disponibilização de dados que sejam mais procurados pela sociedade.

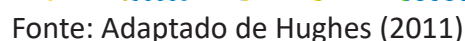
Para melhor compreensão do Ecossistema, apresenta-se abaixo uma imagem com os atores envolvidos no Processo de criação de dados abertos:



Fonte: Adaptado de Van den Broek et al (2012)

[illegible]

11





que seja formada uma equipe da área de TI para se tornar responsável pela implementação desse processo.

No próximo módulo exploraremos com mais detalhes essa fase de Execução do PDA.

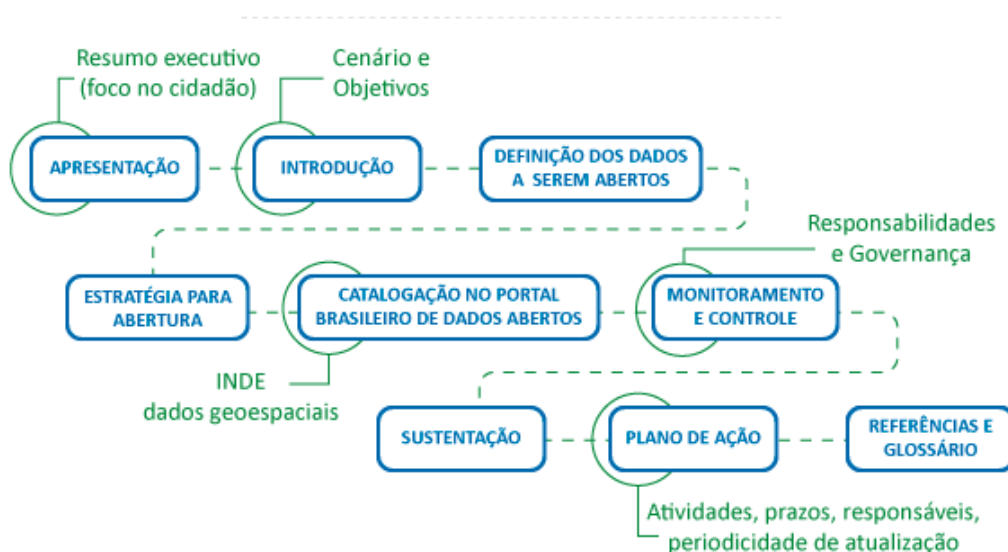
## Revisão

Etapa em que todos os envolvidos participam da revisão do PDA. Sugere-se que essa revisão seja feita de seis em seis meses, uma vez que é imprescindível que ela seja feita no mínimo uma ou duas vezes por ano. O objetivo é avaliar se novas bases de dados podem passar a integrar o PDA e se ainda é relevante manter aquelas que compõem o documento. Nesse sentido, podem-se realizar consultas públicas com o intuito de se atingir o objetivo dessa fase.

## 3. Estrutura do PDA



A estrutura do PDA é o "esqueleto" do documento que servirá de base para abertura de dados do órgão ou entidade. Ela é dividida em nove partes, que serão explanadas a seguir.





Esta fase introduz o documento apresentando um resumo executivo com o foco principal do plano, que deve ser a sociedade. Na apresentação, é exposto o propósito do PDA, bem como o seu alinhamento com a legislação (leis, decretos, instruções normativas, etc.) pertinente ao tema e aos dados que serão disponibilizados.



**A apresentação deve relatar a relevância para o cidadão!**

Nesta parte do PDA, são expostos os objetivos gerais e específicos. Os primeiros dizem respeito aos princípios da publicidade, transparência e eficiência, visando ao aumento da disseminação de dados e informações para a sociedade em geral. Já os segundos estão mais relacionados com as atividades que o órgão realizará para o cumprimento do PDA.

Em complemento, também está incluída nesta parte o cenário institucional, no qual se procura apresentar o alinhamento do PDA com os instrumentos institucionais de gestão, tais como o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e a Estratégia de Governança Digital (EGD), bem como com outros planos e programas de estratégia Digital Brasileira, o Programa Bem Mais Simples Brasil; a Informação e Comunicação e de Segurança Cibernética; o Plano Governo Aberto; o Programa Nacional de Banda Larga; e o Plano (..).



# IMPORTANTE

É bom deixar claro que a estrutura que estamos apresentando é sugestiva, podendo o órgão, a seu critério, elaborar uma estrutura um pouco diferente da sugerida. Como, por exemplo, alguns órgãos deixam separados da introdução os objetivos (gerais e específicos) e o cenário institucional. Nesses casos, é apresentado na introdução um texto descritivo sobre como ocorreu a inserção do tema de dados abertos no próprio órgão.







Um bom exemplo de estratégia para o processo de publicação de dados de seu órgão é aquela adotada no PDA bienal (2014-2015) do MP, que lista os seguintes passos:

- O Levantamento do conjunto de dados candidato à abertura;
- Priorização e seleção dos dados que serão abertos;
- Definição de responsáveis pelo preparo e pela atualização dos dados e detalhamento de plano de ação com metas e prazos;
- Consolidação da matriz de responsabilidades e definição da governança e do fluxo de aprovação do PDA e de revisões;
- Utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis (padrões INDA e INDE);
- Capacitação dos responsáveis nas áreas de negócio dos dados selecionados para abertura sobre:
  - a. Processo de publicação de dados abertos;
  - b. Processo de catalogação dos metadados no [dados.gov.br](https://dados.gov.br);
  - c. Processo de catalogação dos metadados na INDE, caso sejam georreferenciados;
- Definição de arquitetura de abertura para cada sistema;
- Publicação dos dados catalogados, observando o uso de URL fixa.

16





# IMPORTANTE

- A atualização dos dados deve ocorrer, preferencialmente, por meio de sincronização automática, estabelecendo-se um processo contínuo, especialmente no caso de sistemas estruturantes, com ganhos de eficiência em comparação a extrações pontuais.



## Catálogo

Após a definição dos dados de seu órgão a serem abertos, bem como a priorização e a estratégia para a abertura dos mesmos, passemos agora para a fase de catalogação. Nessa fase, são definidos os responsáveis pelo processo de publicação no Portal Brasileiro de Dados Abertos, bem como aqueles que serão os mantenedores dos metadados no portal. Geralmente, tal processo é feito por cada uma das áreas responsáveis pelos dados, sob a coordenação de uma diretoria do órgão. Lembrando mais uma vez que, caso existam dados geoespacializados, eles devem ser publicados no sítio da INDE.



**SAIBA MAIS**

Mais informações sobre o processo de catalogação podem ser encontradas na wiki da INDA e no Manual de Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos.



## Monitoramento e Controle

O objetivo desta fase é monitorar as ações previstas no PDA e o relatório de prestação de contas. O acompanhamento de metas, prazos, indicadores e produtos geralmente pode ser feito por um fórum estratégico do órgão, como, por exemplo: o Comitê de Governança, Riscos e Controles, o Comitê de Governança Digital, o Comitê de Tecnologia da Informação, a Secretaria Executiva do órgão; bem como pela Autoridade de monitoramento da LAI, conforme determina o Decreto nº 8.777/2016. Deixa-se claro que tal tarefa é definida pela entidade. Ademais, sugere-se que seja feito um relatório periódico (anual, por exemplo) sobre a publicação dos dados, o qual deve conter estatísticas de consultas dos dados, uso de Interfaces de Programação de Aplicações (APIs) e acesso aos dados na fonte, eventos e atividades de divulgação e estímulo ao ecossistema de DAG.



**SAIBA MAIS**

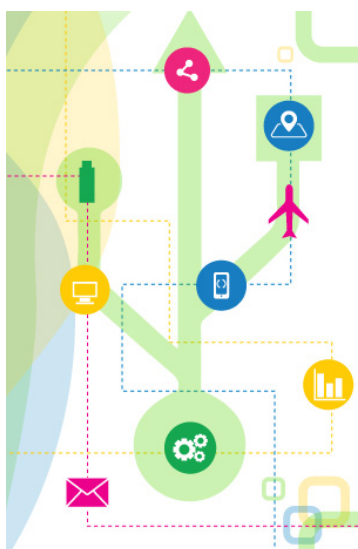
O monitoramento externo da publicação e do cumprimento dos Planos de Dados Abertos, na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, é realizado também pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e pode ser acompanhado pelo Painel Monitoramento de Dados Abertos.



- Os dados disponibilizados devem conter a possibilidade de serem acessados diretamente, por meio de URL única, ou seja, passível de ser reproduzida e compartilhada, sem necessidade de navegação na página para seu acesso;
- Tabelas mantidas em arquivos PDF devem estar contidas em arquivos próprios para sua estruturação (csv ou ods, por exemplo);
- Os dados disponibilizados devem ser feitos em formatos abertos, conforme recomendado pela e-PING;
- Os dados publicados devem conter um conjunto mínimo de metadados, conforme a Cartilha Técnica para publicação de Dados Abertos no Brasil.

An illustration of three people (two men and one woman) holding large, colorful arrows (blue, green, and pink) pointing upwards. The background features abstract shapes and a grid pattern, suggesting a theme of growth and progress.

Nesta fase, são definidos os setores do órgão que serão responsáveis pela curadoria dos metadados catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos. O objetivo é tentar garantir a disponibilidade dos dados, bem como a incorporação do processo de abertura de dados dentro da rotina do órgão. A ideia é que se tenha sustentabilidade e melhoria contínua dos dados que foram publicados e devidamente catalogados. Adicionalmente, é crucial que seja definida a Governança aplicável à política de abertura de dados do órgão e a aprovação ou alteração do respectivo PDA. Nela, são apresentados, de forma estruturada, os papéis e as responsabilidades para os principais atores envolvidos. Lembrando que o PDA deve estar alinhado com as diretrizes da INDA e da OGP.



## Plano de Ação

Aqui serão detalhadas as atividades divididas por tema, bem como os produtos que surgirão da implementação dessas atividades. Também serão definidas metas, prazos e periodicidade de atualização dos dados para cada conjunto de atividades. Por fim, também é prudente destacar a unidade do órgão responsável pelos dados de um conjunto de temas, bem como o ponto focal.



## SAIBA MAIS

Um bom exemplo de plano de ação foi o criado no PDA 2016/2018 do Ministério da Educação, o qual é mostrado a seguir:

CONJUNTO DE DADOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	CRONOGRAMA		UNIDADES RESPONSÁVEIS	PONTO FOCAL
ProUni	Identificar as origens e formatos dos dados	Inventário do acesso aos bancos, tabelas ou planilhas	INÍCIO 04/07/2016	FIM 18/07/2016	SESU (SESU) MEC  SE (MEC)	
ProUni	Definir estratégias para obtenção e extração dos dados	Documento de regras de obtenção	INÍCIO 01/09/2016	FIM 30/09/2016	SESU (SESU) MEC  SE (MEC)	
ProUni	Construir e executar o processo de extração e carga dos dados	Mapa de extração e carga	INÍCIO 03/10/2016	FIM 20/11/2016	DTI (MEC)	
ProUni	Publicar dados em formato de dados abertos (dados.gov.br)	Arquivos de dados abertos	INÍCIO 14/12/2016	FIM 27/12/2016	SESU (SESU) MEC  SE (MEC)	



## Referência

Contêm quaisquer referências bibliográficas utilizadas na construção do Plano de Dados Abertos, como, por exemplo: Manual para elaboração de PDAs; PDAs de outros órgãos; as cartilhas de publicação de dados; algum documento da INDA que foi citado ao longo do plano; entre outros.



#### 4. Exemplos de PDAs já publicados



Vamos agora  
conhecer os PDAs de alguns  
órgãos que foram pioneiros ou  
que já estão atendendo ao Decreto  
nº 8.777/2016.

Nosso objetivo é que você conheça esses documentos e depois, no próximo módulo, aprenda a fazer um PDA para o seu órgão.

Nesta seção, serão abordados os principais pontos dos Planos de Dados Abertos vigentes dos seguintes órgãos: Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Justiça e Cidadania. Vale lembrar que todos podem ser acessados em sua totalidade na página wiki da INDA.

#### 4.1 PDA do Ministério da Educação (MEC) - 2016-2018

O PDA do MEC é um dos mais bem elaborados. Ele passou por sete versões antes de ser publicado oficialmente, incluindo revisões feitas por membros da INDA. Ele está dividido nas seguintes partes:



- Origem do documento;
- Apresentação;
- Introdução;
- Legislação e demais normativos;
- Cenário Institucional;
- Metodologia de construção e validação do documento;
- Definição dos dados a serem abertos;
- Dados com compromisso de abertura;
- Dados com possibilidade de abertura;
- Análise de risco de abertura de dados protegidos por sigilo;
- Estratégia para abertura de dados;
- Sustentação;
- Governança;
- Comunicação e participação social;
- Referências;
- Glossário;
- Anexo.

Perceba que o esqueleto do documento segue a estrutura do PDA vista no tópico anterior, com pontuais incrementos. A apresentação sinaliza o propósito do documento e a introdução faz um tratamento inicial esclarecedor sobre o tema de dados abertos, além de definir os objetivos geral e específico. A legislação indica os normativos que apresentamos no Módulo 1 do curso.

O cenário institucional, por sua vez, mostra o alinhamento do PDA com os instrumentos e instâncias de gestão do MEC: Planejamento Estratégico Institucional (PEI), Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) e Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA).



# IMPORTANTE

O PDA deve estar alinhado com os principais documentos institucionais dos órgãos/entidades.

Na metodologia de construção e validação do documento, salienta-se a importância das oficinas promovidas e do apoio dado pela equipe de dados abertos do MP aos colaboradores responsáveis pela produção do documento junto à Secretaria Executiva do MEC.

A seção definição de dados a serem abertos explana os critérios utilizados para a priorização dos dados a serem abertos, onde se destacam as solicitações do Acórdão do TCU nº 3022/2015, as quais definiram bases de dados com compromisso de abertura (Programa Universidade para Todos - ProUni, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e Programa Mais Educação - PME); com possibilidade de abertura (Sistema de Seleção Unificada - SiSU e Monitoramento da frequência escolar do Programa Bolsa Família).

Outro ponto que merece destaque é a análise de risco feita no referido PDA do MEC, que foi feita com base em um documento de auditoria operacional do TCU de nº TC 008.801/2015-0. Nela concluiu-se que dados pessoais ou sigilosos sofrerão algum processo de anonimização para poder impedir a identificação dos mesmos.

A estratégia para abertura, que inclui o plano de ação, a sustentação, a governança e a participação social possuem funções já explanadas na estrutura do PDA no tópico anterior de nosso curso.



**SAIBA MAIS**

Conheça a íntegra do Acórdão do [TCU nº 3022/2015](#). Também é interessante conhecer o [PDA do MEC 2016-2018](#).

#### 4.2 PDA do Ministério da Cultura (MINC) - 2017-2018

O documento de planejamento para a abertura de dados do Ministério da Cultura é mais um dos bons exemplos de PDAs já publicados recentemente. Ele é dividido nas seguintes partes:

- Introdução;
- Dados para Abertura;
- Estratégias para Abertura de Dados;
- Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos;
- Ontologia da Gestão Cultural;
- Governança;
- Plano de Ação e Matriz de Responsabilidades;
- Disposições Finais.

Na **Introdução**, é feita uma breve explanação de como os dados abertos são importantes para a sociedade, no sentido de colaborar para a economia de um país e desencadear inovação, conforme o seguinte trecho:

*Na sociedade em rede, os dados produzidos pelos cidadãos, ou em seu nome, são a força motriz da economia e da nação — o governo tem a responsabilidade de tratar esta informação como precioso recurso nacional. Os cidadãos, hoje, interagem uns com os outros pela rede como nunca antes, e estão desenvolvendo as habilidades e o entusiasmo para resolver os problemas que os afetam localmente, assim como nacionalmente. No século 21, informações e serviços públicos devem estar disponíveis aos cidadãos onde e quando eles precisem. Mais do que nunca, os cidadãos estão desenvolvendo o poder de desencadear a inovação, que resultará em uma melhor abordagem para a governança do Estado. Neste modelo, o governo atua como organizador e facilitador, e não mais como o motor fundamental de cada ação/iniciativa.*

Ainda na **Introdução**, é feito seu alinhamento com os principais normativos que regem um PDA, tais como a Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011 - e o Decreto nº 8.777/2016, que institui a Política de Dados Abertos no Poder Executivo Federal. Além disso, nessa seção são abordados: o Cenário Institucional do Ministério, onde são explicitados o Sistema MinC, o qual agrega as suas 7 instituições vinculadas; o Incentivo Cultural por meio da Lei Rouanet; e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, que é um repositório de bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas,



instituições, gestão cultural, transparência, entre outros, e está disponível para toda a sociedade. Por fim, a seção se encerra elencando o **Objetivo Geral** e os **Objetivos Específicos**.

*Uma importante ação feita pelo MinC foi estabelecer um Plano de Dados Abertos Conjunto, abrangendo também as suas vinculadas e promovendo ações de planejamento, visando a execução de iniciativas de suas instituições vinculadas. O plano abrange as seguintes vinculadas: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Agência Nacional de Cinema (ANCINE), Fundação Nacional das Artes (Funarte), Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e Fundação Casa de Rui Barbosa (FCBR). Tal ação é considerada uma boa prática para os órgãos ou entidades que possuem vinculadas.*

Na seção **Dados para Abertura**, foram utilizados alguns critérios para a priorização das bases de dados candidatas à abertura. Os critérios foram os seguintes:

- Importância para o cidadão;
- Obrigação legal;
- Alinhamento Estratégico;
- Facilidade de Abertura.

O resultado da priorização pode ser visto na tabela seguir:

CONJUNTO DE DADOS/ CRITÉRIOS	IMPORTÂNCIA PARA CIDADÃO	OBRIGAÇÃO LEGAL	FACILIDADE DE ABERTURA	TOTAL
SALIC – Lei Rouanet	2	2	2	7
Vale Cultura	2	2	2	7
Mapa da Cultura – SNIIC	1	1	2	6
Rede Cultura Viva	1	1	2	6
Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas	1	1	2	6
Plataforma Museus BR	1	1	2	6
Sistema Nacional de Cultura – SNC	1	1	2	6
Cadastro de Centros de Artes e Esportes Unificados CEUS	1	2	2	5
Processo Eleitoral CNPC – 2015	1	2	2	5

Vale lembrar que esse método de priorização será explanado melhor no módulo seguinte. A apresentação acima foi apenas para mostrar que o documento foi didático.

Nas **Estratégias para Abertura de Dados** são explanadas as premissas utilizadas, os formatos e interfaces de acesso aos dados e os processos de desenvolvimento de software. Na parte de **Catálogo**, o MinC optou pela criação de portal de dados próprio para centralizar e simplificar esforços:

“

Por fim, é abordada a **Governança**, o **Plano de Ação** e a **Matriz de Responsabilidades** para cada base de dados selecionada para abertura. Importante ressaltar que também são elencadas ações referentes às instituições vinculadas do MinC.



**O plano de ação deve ter os responsáveis pelos conjuntos de dados, bem como as metas e os prazos para sua publicação e catalogação.**



Para acessar na íntegra o PDA do MinC de vigência 2017-2018 e verificar com mais detalhes o plano de ação e as outras seções, acesse [aqui](#).

#### 4.3 PDA do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - (MTPA) 2017-2019

Este é outro excelente exemplo de Plano de Dados Abertos. Ele está dividido nas seguintes partes:

- Apresentação;
- Introdução;
- Objetivos;
- Diretrizes;
- Definição dos dados a serem abertos;
- Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos;
- Sustentação dos Dados;
- Monitoramento e Controle;

- Plano de ação;
- Referências;
- Glossário.

A apresentação define a finalidade do documento, bem como explana brevemente os princípios de dados abertos. Também é ressaltada a importância do direito à informação, conforme o seguinte trecho:

*A apresentação define a finalidade do documento, bem como explana brevemente os princípios de dados abertos. Também é ressaltada a importância do direito à informação, conforme o seguinte trecho:*

*O direito à informação constitui fundamento básico da democracia. O exercício pleno deste direito pelos cidadãos deve ser efetivado com o acesso a informações primárias, íntegras, autênticas e atualizadas. A publicação dos dados públicos por meios eletrônicos deve facilitar seu reuso e permitir acesso simplificado aos usuários. Sendo assim, Dados Abertos são aqueles disponibilizados para a utilização ou a redistribuição por todos, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle. Todo dado público tem vocação para ser dado aberto. Como praticamente todo dado governamental é público, é fundamental que os governos implementem políticas para disponibilizá-los.*

Na introdução são abordados os principais normativos aplicáveis para a confecção do respectivo documento, tais como a Lei nº 12.527/2011 (LAI), o Decreto nº 8.777/2016, a Lei Complementar nº 131/2009 - Lei da Transparência, e outros.

Na seção cenário institucional são apresentadas as bases já disponibilizadas pelo órgão, a saber, Indicadores sobre Rodovias Federais e Indicadores sobre Fomento para a Indústria Naval. Ademais, são preconizadas algumas premissas importantes, como as seguintes:

- Processo colaborativo com a participação dos representantes designados das áreas e secretarias do MTPA na elaboração e execução do PDA;
- Alinhamento com as diretrizes estratégicas do MTPA;
- Elaboração de documento objetivo e de fácil entendimento.

Na parte de objetivos são elencados os objetivos geral e específicos do documento. Um objetivo específico que merece destaque é:

*Estimular o desenvolvimento de aplicações pela sociedade civil, por meio de oficinas como hackatons (encontros de programadores, desenvolvedores, profissionais autônomos da área de Tecnologia da Informação) para reutilização dos dados abertos.*

Essa é uma das ações mais importantes que os órgãos e entidades mais têm deixado de lado. O fomento ao uso e reuso dos dados disponibilizados é uma das ações mais cruciais à política de dados abertos, uma vez que é o principal catalisador para a efetividade da iniciativa, para que o tratamento dos dados possa produzir informações e aplicações e, dessa forma, gerar valor para a sociedade em geral. A título de exemplo, o portal de dados da Áustria, possuía,



- Aviação civil;
- Fomento para ações de transporte;
- Política Nacional de transportes;
- Gestão de programas de transportes;
- Instalações portuárias;
- Orçamento.



- Apresentação;
- Introdução;
- Cenário Institucional;
- Objetivos e Diretrizes;
- Definição dos Dados a serem Abertos;
- Estratégia de Abertura de Dados;
- Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos;
- Governança;
- Coordenação, Controle e Execução;
- Comunicação e Participação Social;

- Sustentação;
- Plano de Ação;
- Glossário;
- Referências.

Na Apresentação há um breve relato sobre a finalidade do documento e algumas vantagens da abertura de dados. Um trecho que merece atenção é em relação à periodicidade e às revisões previstas para o documento:

*O Plano possui periodicidade bienal com revisões periódicas e será divulgado à sociedade no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente, com orientações válidas para o biênio a contar da data de sua publicação.*



## DICA

**Conforme recomendação da CGU, sugere-se que os PDAs tenham vigência bienal e revisões a cada 6 meses.**

Já na **Introdução**, conforme a praxe, são elencados os principais normativos que abordam o tema da transparência pública. No **Cenário Institucional**, ressalta-se a existência dos Comitês de Tecnologia da Informação (CDTI) e de Segurança da Informação (CSIC), bem como do Planejamento Estratégico (PE) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigentes.

Na **Definição de Dados a Serem Abertos**, são elucidados os critérios de priorização utilizados para a seleção das bases de dados mais relevantes; são praticamente os mesmos vistos no tópico “Estrutura do PDA” deste módulo. Na **Estratégia de Abertura de Dados**, detalham-se as ações para o processo de abertura de dados, tais como definição de responsáveis, levantamento dos conjuntos de bases candidatos à abertura, priorização e seleção dos dados, capacitação dos responsáveis, utilização de metodologias e consolidação da matriz de responsabilidades.

Na seção de **Governança**, o documento destaca o papel da autoridade de monitoramento no acompanhamento da implementação do respectivo PDA, citando o trecho da própria LAI. Já na parte de **Coordenação, Controle e Execução**, indica-se quais coordenações e quais secretarias do MMA, bem como os respectivos **pontos focais**, irão ser responsáveis pela condução do processo de abertura.

Na seção de **Comunicação e Participação Social**, é ressaltada a importância do cidadão poder relatar problemas técnicos ou inconsistências nos dados publicados, além de fazer sugestões para o aperfeiçoamento do PDA do MMA. Já na sustentação, desprende-se sobre a curadoria dos dados, conforme o trecho a seguir:



- Plano de Ação;
- Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos;
- Sustentação;
- Governança;
- Comunicação e participação social;
- Referências;
- Glossário.

Na seção “Metodologia de construção e validação do documento”, o órgão explicita os critérios utilizados para priorizar as bases de dados a serem abertas, a saber:



- I. O grau de relevância e interesse público dessas informações;*
- II. Volume de demandas encaminhadas via Central de Atendimento ao Cidadão, bem como os setores e serviços mais procurados no portal institucional da CAPES;*
- III. O alinhamento perante o Plano Nacional da Educação (PNE) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação (PDTIC);*
- IV. O nível de maturidade da organização das informações e dados existentes;*
- V. Normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pela CAPES, inclusive perante organismos internacionais como Open Government Partnership (OGP);*
- VI. Conjunto de informações sob a gestão da CAPES, em especial àquelas que são de uso transversal entre os órgãos da Administração Pública Federal.*

Utilizando esses critérios definidos, no plano de ação, foram priorizados os conjuntos de dados. Levando em consideração que 2 significa alto, 1 médio e 0 baixo, as pontuações podem ser vistas na tabela a seguir:



Fonte: CAPES

Para ver o PDA da CAPES na sua integridade, acesse [aqui](#).

Outro bom exemplo é o Plano de Dados Abertos Espaciais (PDAE) do MJ, também desenvolvido no mesmo período do MP. Um diferencial em relação ao plano do MP foi que o PDAE incluiu no PDA dados geoespaciais com iniciativas como: capacitação de servidores para atuação com dados geoespaciais; definição de rotina para dados geoespaciais no âmbito do órgão; entre outras.



Em relação ao movimento de dados abertos que o MJ realizou, destacou-se ainda a instituição da política e a formalização do PDAE por intermédio da Portaria nº 1.378, de 20 de agosto de 2014. A instituição da política é uma boa prática para execução do plano, que pode ser replicada nos demais órgãos, por formalizar as iniciativas de dados abertos governamentais e por ser uma sinalização do compromisso do órgão com o tema, bem como com o cumprimento do Decreto nº 8.777/2016.

Cabe destacar que o Art. 5º da portaria em questão, além de aprovar o PDAP, define o conteúdo do documento, as autoridades que acompanharão sua execução no nível estratégico e tático, em especial, no que tange ao plano de ação e à matriz de responsabilidades, entre outras atribuições. Abaixo são apresentados detalhes desse artigo:



*Art. 5º Fica aprovado o Plano Institucional de Dados Abertos e Espaciais do Ministério da Justiça, instrumento de planejamento e coordenação das ações de disponibilização e sustentabilidade de dados abertos, inclusive geoespacializados, visando o aumento da disseminação de dados e informações para a sociedade em formato aberto, de modo a incentivar a participação social e promover a melhoria da qualidade dos dados publicados.*

§ 1º O Plano Institucional de Dados Abertos e Espaciais, disponível no sítio do Ministério da Justiça na internet (<http://www.justica.gov.br/dados-abertos/plano.pdf>), conterá objetivos, diretrizes, estratégia de abertura de dados e modelo de governança, bem como Plano de Ação e Matriz de Responsabilidades, que serão constantemente atualizados, na forma desta Portaria.

*§ 2º O Secretário Executivo do Ministério da Justiça acompanhará, em nível estratégico, a execução do Plano Institucional de Dados Abertos e Espaciais, cabendo-lhe promover alterações e atualizações que forem necessárias.*

§ 3º O Coordenador do Programa de Transparência e Acesso a Informações, instituído pela Portaria nº 1.303, de 29 de junho de 2012, do Ministério da Justiça, será responsável por monitorar, atualizar e avaliar periodicamente o Plano de Ação e a Matriz de Responsabilidades, cabendo-lhe, ainda:

*I - zelar pela governança do Plano Institucional de Dados Abertos e Espaciais, por meio de monitoramento e acompanhamento de sua execução;*

*II - apoiar e fornecer suporte aos órgãos vinculados e unidades do Ministério da Justiça para a disponibilização dos dados em formato aberto, subsidiando a publicação e a manutenção dos dados;*

III - propor diretrizes, prazos e orientações técnicas ao Secretário Executivo para o monitoramento, avaliação, gestão e revisão do Plano Institucional de Dados Abertos e Espaciais;

*IV - estimular a publicação das informações e sua catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos, bem como a atualização das bases já catalogadas;*

*V - buscar a melhoria contínua da publicação de dados abertos e espaciais junto aos órgãos e unidades detentores das informações publicadas;*

*VIII - desempenhar outras atividades determinadas pelo Secretário Executivo, a fim de dar cumprimento aos princípios e diretrizes constantes no art. 4º.*



Por fim, o estímulo ao consumo de dados foi feito, ainda, por intermédio da realização de concursos de aplicativos. Esse órgão já realizou três concursos que geraram mais de quinze aplicativos. Registre-se que o 3º Concurso de Aplicativos, realizado no primeiro semestre de 2016, consta como iniciativa do Plano de dados daquele órgão. Todas essas iniciativas de Dados abertos no âmbito do Ministério da Justiça também foram motivadas pelo 2º Plano de Ação da OGP, no qual havia um compromisso de disponibilização de Dados abertos desse órgão.



**SAIBA MAIS**

Clique no ícone abaixo para assistir ao vídeo (é preciso estar conectado).



## 5. Histórico de publicação

- Ministério da Defesa – MD;
- Ministério da Educação – MEC;
- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação – MCTIC;
- Ministério das Relações Exteriores – MRE;
- Ministério da Saúde – MS;

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Instituto Nacional de Seguro Social – INSS;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;
- Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;
- Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Entretanto, até o dia 02 de agosto de 2017, 65 órgãos ou entidades já publicaram os seus respectivos Planos de Dados Abertos. Apesar disso, o número ainda é considerado pequeno em um universo de mais de 200 órgãos ou entidades pertencentes à administração direta, autárquica e fundacional.



## SAIBA MAIS

Para acompanhar os PDAs publicados até então, bem como outras ações envolvendo Dados Abertos, tais como capacitação e o comitê gestor da INDA, você pode acessar a wiki da INDA: [wiki.dados.gov.br](http://wiki.dados.gov.br).

